

Policy Brief

SUSSEX SUSTAINABILITY RESEARCH PROGRAMME | APRIL 2021

Importação europeia de produtos da Amazônia vinculadas à violência

RESUMO EXECUTIVO

Os países europeus importam carne bovina, azeite de palma, minerais e outras commodities do Brasil através de empresas que compram de fazendas e minas com vínculos comprovados a violações de direitos humanos e crimes ambientais, tais como: massacres, tentativas de assassinato, trabalho escravo, desmatamento ilegal e poluição. Por meio de análise de estudos de caso no Sul / Sudeste do Pará, conhecido como o epicentro da violência contra defensores dos direitos humanos ambientais, encontramos indícios de inúmeros crimes cometidos por empresas e fazendas da cadeia de suprimento dos mercados europeus. Por exemplo, documentos de cadeia de custódia mostram que grandes empresas exportadoras de carne bovina compraram gado criado na fazenda onde 10 trabalhadores sem terra foram massacrados em Pau D'Arco em 2017 e onde Fernando dos Santos Araújo, testemunha do massacre, foi assassinado em janeiro de 2021. Estas pegadas de violência dos mercados da UE deveriam ser enfrentadas através de diligência devida obrigatória referente aos direitos humanos e degradação ambiental, e por insistir na transparência e rastreabilidade das cadeias de produção. Levando em consideração as ligações entre os mercados da UE e estas violações dos direitos humanos, a UE deve responsabilizar as empresas por estas atrocidades e aumentar o apoio ao Mecanismo dos Defensores dos Direitos Humanos da UE para proteger os defensores da linha da frente que se manifestam contra essas violações.



(EM CIMA) FERNANDO DOS SANTOS ARAÚJO, TESTEMUNHA E SOBREVIVENTE DA CHACINA DE PAU D'ARCO DE 2017, SOFREU AMEAÇAS DE MORTE ANTES DE SEU ASSASSINATO NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2021. FOTO: LUNAÉ PARRACHO/REPÓRTER BRASIL.

RECOMENDAÇÕES CHAVES

Apoiar a legislação de devida diligência sobre direitos humanos e impactos ambientais (HREDD). A legislação deve incluir requisitos obrigatórios.

A UE e os devem exigir a transparência e rastreabilidade das cadeias produtivas brasileiras como parte das negociações comerciais Brasil-UE e Mercosul. Exigir acesso público à documentação da cadeia de custódia, incluindo Guias de Transporte de Animais (GTAs), listas de fornecedores, e Termos de Ajuste de Conduta (TACs).

Evidências mostram as pegadas de violência dos mercados europeus - a UE deve tomar medidas para combater a sua cumplicidade nas violações dos direitos humanos. A UE e os Estados-Membros devem responsabilizar as empresas pelas atrocidades e violações dos direitos cometidas através de um mecanismo de responsabilização. Por exemplo: uma lista-suja de empresas que cometeram violações dos direitos humanos.

Aumentar o financiamento para o Mecanismo de Defensores de Direitos Humanos da UE e ProtectDefenders. eu de apoio emergencial e de deslocamento para defensores ameaçados no Brasil e em outros lugares.

Os membros do Parlamento da UE e os representantes dos Estados-Membros devem votar para censurar publicamente as empresas e os governos demonstrarem ser cúmplices em violações de direitos humanos.

CONTEXTO

A Amazônia brasileira é reconhecida por sua diversidade biológica e cultural, mas se tornou infame pelo desmatamento ilegal, mineração ilegal, trabalho escravo e violentos conflitos de terra e recursos. De 2000 a 2019, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 773 mortes oriundas de conflitos no campo no Brasil, a maioria na região amazônica. De 2019 a 2020, o número de invasões de terra aumentou vinte vezes. Paralelamente, dados recentes mostram que o desmatamento aumentou 17% em 2020, para o nível mais alto em anos. Relatórios mostram os crimes ambientais e violações de direitos humanos vinculados à agronegócio e às indústrias extrativas na Amazônia. Apesar das evidências de violações, a impunidade é abundante e o sistema judiciário brasileiro não responsabiliza as empresas por seu papel na violência.

Com base em documentos judiciais, relatórios disponíveis ao público, cobertura da mídia, estudos revisados por pares, relatórios, entrevistas com informantes-chave e depoimentos de testemunhas, nosso estudo analisou essas violações, essas pegadas de violência, e suas ligações com empresas e mercados europeus, com um enfoque em casos no Sul / Sudeste do Pará e nos setores de carne bovina, mineração e azeite de palma. Uma análise mais ampla revela tendências semelhantes para outras commodities e outras regiões do Brasil. Nosso relatório compartilha detalhes sobre os diferentes setores, mas focamos este brief no setor de carne bovina, e em casos específicos, para demonstrar as ligações entre esta violência e os mercados e empresas europeias.

RESULTADOS PRINCIPAIS

Assim como na indústria madeireira, a ‘lavagem’ é algo comum no setor bovino brasileiro. Corrupção e lacunas na manutenção de registros e, mais amplamente, a falta de transparência e rastreabilidade das cadeias de abastecimento criam oportunidades para a lavagem. Embora os novos avanços em transparência nos permitam rastrear as origens da carne bovina até o nível municipal (Figura 1), dados ao nível de fazenda (por exemplo, Guias de Transporte de Animais (GTAs)) e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados entre frigoríficos e o Ministério Público Federal permanecem escondidos do acesso público. Os GTAs fornecem evidências sobre a fazenda de origem de bovinos específicos; acesso público à lista de fornecedores para cada frigorífico também revelaria as fazendas de origem. Os TACs forneceriam informações sobre as infrações e ajustes de conduta exigidos dos frigoríficos nos termos dos acordos assinados há mais de uma década.

A falta de transparência cria oportunidades para ocultar a venda ilegal de gado de fazendas que foram sancionadas por violações de direitos humanos e desmatamento ilegal. Ele permite as fazendas a ‘lavarem’ ou ‘branquearem’ o gado com a venda do gado criado em fazendas com infrações ambientais ou violações de direitos para fazendas “limpas” que depois os vendem para empresas maiores que exportam para a UE e outros lugares. Os grandes frigoríficos e importadores de carne escondem seu vínculo com a violência e os crimes ambientais ocorridos no centro do conflito, nas fazendas implicadas em crimes como: trabalho escravo, desmatamento ilegal, grilagem, ameaças de

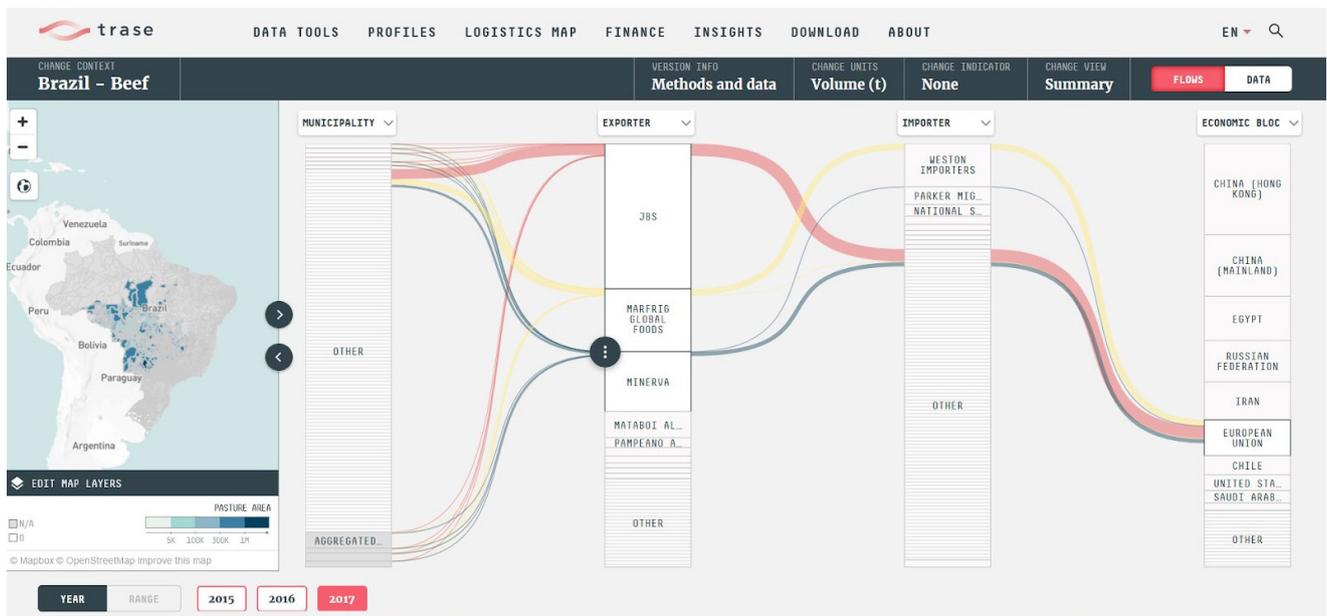


FIGURA 1. CADEIA DE ABASTECIMENTO DE CARNE BOVINA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS À UNIÃO EUROPEIA

FONTE: TRASE

IMPORTAÇÃO EUROPEIA DE PRODUTOS DA AMAZÔNIA VINCULADAS À VIOLÊNCIA

FIGURA 2. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E CRIMES AMBIENTAIS NO SETOR DE CARNE BOVINA E LIGAÇÕES COM A UNIÃO EUROPÉIA



morte e até massacre. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos e investidores europeus financiam o setor sem a devida diligência e / ou não respondem com ações suficientes nos casos em que as violações foram divulgadas. A falta de transparência na cadeia de suprimentos e as falhas na devida diligência significam que a carne branqueada chega aos mercados europeus.

Em relação à pecuária no Sul / Sudeste do Pará, encontramos evidências das seguintes violações: desmatamento ilegal, grilagem, despejos ilegais (inclusive durante a moratória contra despejos durante COVID-19), trabalho escravo, criminalização, ameaças de morte, tortura, assassinato e massacres. Nossa pesquisa encontrou evidências de graves violações de direitos em fazendas que vendem gado para grandes frigoríficos que depois vendem para os mercados europeus. O relatório documenta vários casos, destacando-se aqui a Fazenda Santa Lúcia e o massacre de Pau D'Arco.

A Fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco, Redenção, Pará, foi palco de uma longa história de conflito de terras. A fazenda esteve envolvida em grilagem de terras e conflitos que culminaram no massacre de 10 trabalhadores sem-terra em 2017, envolvendo tortura e assassinato nas mãos da polícia. Os sobreviventes do massacre sofreram perseguições e ameaças de morte. Em janeiro de 2021, Fernando dos Santos Araújo, uma das principais testemunhas das atrocidades, foi assassinado. Seu advogado, José Vargas, foi preso sob acusações forjadas em janeiro de 2021, passou quase um mês na prisão e está em prisão domiciliar desde então. Outros sobreviventes temem por suas vidas. Nossa pesquisa conseguiu descobrir GTAs que mostram a

venda de gado da Fazenda Santa Lúcia para fazendas que logo em seguida vendem gado para os grandes frigoríficos, incluindo algumas das principais empresas responsáveis pela exportação de carne bovina para a União Europeia. Como tal, a UE está comprando carne diretamente ligada ao massacre de Pau D'Arco e o subsequente assassinato e violações de direitos. A UE torna-se assim cúmplice da violência que ocorre na Amazônia brasileira.

RECOMENDAÇÕES

A análise de registros de processos judiciais e depoimentos de testemunhas fornecem evidências de violações de direitos por parte de vários fazendeiros e frigoríficos da região. No entanto, as barreiras ao acesso público aos GTAs e outros documentos da cadeia de custódia impedem a transparência e rastreabilidade das cadeias de produção e criam barreiras grandes frente à responsabilização, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Essa falta de transparência gera impunidade para empresas e agricultores que violam os direitos humanos. O ônus da prova do cumprimento dos direitos humanos e salvaguardas deve recair sobre as empresas e o Estado, e não sobre os defensores dos direitos humanos e as populações locais cujos direitos são violados. Dada a importância da UE como mercado para os produtos brasileiros, a UE pode, e deve, exigir que os direitos humanos sejam respeitados. Como a UE está prestes a debater a legislação de devida diligência para direitos humanos e impactos ambientais (HREDD) em junho de 2021, e está em negociações com o Brasil frente ao Mercosul, recomendamos que a UE e os Estados membros tomem as seguintes ações:

- Apoiar requisitos obrigatórios de devida diligência para todas as empresas da UE e empresas de fora da UE que exportam para a UE de acordo com a legislação de devida diligência para direitos humanos e impacto ambiental (HREDD) apresentada para junho de 2021.
- Exigir transparência e rastreabilidade das cadeias de produção brasileiras como parte das negociações comerciais Brasil-UE e Mercosul. Exigir acesso público à documentação da cadeia de custódia, incluindo GTAs, TACs, e listas de fornecedores.
- Evidências claras mostram as pegadas de violência dos mercados europeus - a UE deve tomar medidas para combater a cumplicidade nas violações dos direitos humanos. A UE e os estados membros devem responsabilizar as empresas pelas atrocidades e violações de direitos cometidas no Brasil e em outros lugares por meio de um mecanismo de responsabilização por exemplo, uma lista suja de violações de direitos humanos da UE semelhante à lista suja de paraísos fiscais da UE que pode ser gerenciada por um Código de Conduta para empresas europeias e subsidiárias e fornecedores não europeus em alinhamento com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e outras boas práticas.
- Aumentar o financiamento para o Mecanismo de Defensores de Direitos Humanos da UE e os programas do [ProtectDefenders.eu](https://protectdefenders.eu) de apoios emergenciais e programas de relocação para apoiar defensores da linha de frente ameaçados no Brasil e em outros lugares. Simplifique o processo de inscrição para superar as barreiras de idioma / alfabetização / acesso e atender às necessidades dos defensores dos direitos humanos que muitas vezes precisam de apoio imediato e urgente.
- Membros do Parlamento da UE e representantes de estados membros da UE podem ajudar a aumentar a visibilidade das violações de direitos e pressionar os governos a garantir a segurança dos defensores dos direitos humanos votando para censurar publicamente as empresas e os governos que comprovadamente são cúmplices de violações de direitos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Este brief foi redigido com base em um relatório escrito para o projeto Pegadas de violência da Europa no Brasil, financiado pelo Research England Strategic Priorities Fund e o projeto Atmosferas de Violência, financiado pela British Academy (SDP2/100278). Recebeu o apoio do [Sussex Sustainability Research Programme \(SSRP\)](#) em colaboração com o Instituto Zé Claudio e Maria e [Not1More](#). Agradecemos às seguintes pessoas por suas contribuições à pesquisa: Adolfo Venâncio Cruz Marins Carvalho, Anuã Mota, Emma Lazell, Jessica Swainson, Elizabeth Hynes, Sophie McEwen, Justine Taylor e Ana Aranha.

CITATION

[Menton, M.](#) and Santos, C. (2021) 'Europe imports Amazonian commodities linked to violence', Sussex Sustainability Research Programme (SSRP) Policy Brief 7, University of Sussex and Institute of Development Studies (IDS), Brighton, UK.

CONTACT

Sussex Sustainability Research Programme,
University of Sussex,
Falmer,
Brighton,
BN1 9SL
United Kingdom

E: ssrp@sussex.ac.uk
T: +44 (0)1273 678676
W: <https://www.sussex.ac.uk/ssrp>

Twitter: [@SSRP_UoS](#)